

Após ataque hacker, governo adia exigência de comprovante para viajantes

O protocolo começaria a ser adotado amanhã, mas foi adiado em sete dias
Por Matheus Schuch e Fabio Murakawa, Valor

10/12/2021 13h37 Atualizado há uma hora

O governo federal irá prorrogar em sete dias o início da **vigência de regras** mais rigorosas para entrada de viajantes no país, o que inclui **comprovante para os vacinados e quarentena para não vacinados**. O protocolo começaria a ser adotado amanhã, mas precisou ser adiado em função da instabilidade de sistemas do **Ministério da Saúde** com um ataque hacker na última madrugada.

Após reunião na Casa Civil com representantes de ministérios envolvidos no tema, o secretário-executivo da Saúde, Rodrigo Cruz, explicou que a decisão tem por objetivo "não prejudicar" brasileiros que já estão no Exterior e que poderiam ter dificuldade de comprovar vacinação sem acessar os dados por meio on-line.

"Vamos postergar a vigência da portaria que trata das fronteiras, em especial aqueles itens que falam sobre a apresentação do certificado de vacinação ou, em caso contrário, cumprimento da quarentena", explicou Cruz. Uma nova portaria detalhando o adiamento será publicada ainda hoje.

Segundo o secretário, o ataque foi percebido ainda durante a madrugada, o que facilitou a retomada até agora de alguns serviços, mas ainda há problemas de acesso.

"O ataque foi identificado de forma muito rápida, a empresa que presta serviço de nuvem para o ministério bloqueou todos os acessos, até o começo da manhã o ministério conseguiu restabelecer serviços, mas alguns ainda estão indisponíveis, como o **ConecteSUS**", admitiu.

A prorrogação da portaria também levou em conta a falta de previsibilidade sobre o retorno da base de dados.

"Eventualmente alguém que já esteja no exterior não poderia acessar o certificado [de vacinação]", emendou Cruz. "O objetivo é não prejudicar quem já está em viagem".

A portaria do governo, embora endureça as atuais regras, não atendeu às recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que defendia a adoção de um "passaporte vacinal", como forma de evitar um revés no controle da pandemia. O presidente Jair Bolsonaro resiste à ideia. Apesar dos imunizantes, o chefe do Executivo não se vacinou e frequentemente coloca em dúvida a segurança e eficácia das vacinas.
